

A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO: GUERREIRO RAMOS E O NACIONALISMO

Edison Bariani*

*Professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva,
IMES/FAFICA, SP

A questão nacional perpassa toda a obra do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1915-1981), mormente nos anos 50 do séc. XX, quando integrou a Assessoria de Vargas, O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Nesse período, preocupou-se com a elaboração de uma “sociologia nacional” e com a formulação (teórica/prática) estratégica do nacionalismo no Brasil.

O nacionalismo é apresentado por Guerreiro Ramos – naquela fase histórica habitada pelo país nos anos de 1950 - como a forma autêntica de vivenciar a *realidade brasileira*. Cumpre entender – inicialmente - como o autor define conceitual e metodologicamente a “realidade brasileira”¹.

Os esforços de Guerreiro Ramos encaminham-se no sentido de tomar tal realidade como algo eminentemente dinâmico, relacional, histórico e em constante mutação, não podendo ser definida de modo simplesmente descritivo. Assim, defini-la formalmente seria cair na armadilha para a qual alertava: dissipar a especificidade complexa de uma formação social original numa construção abstrata, hermética e estática, perdendo então a própria justificativa da necessidade do conceito, a saber, evidenciar sua historicidade.

Desse modo, principia por considerar “[...] a realidade brasileira como fenômeno total, na acepção de [Marcel] Mauss, isto é, como um todo cujos caracteres se apresentam, não só no conjunto, como em cada uma de suas partes, variando apenas de escala, de uma para outro” (RAMOS, 1960: 85). Quando da investigação dos fatos da vida social – afirma ele - dever-se-ia ter em vista que “a

¹ Tal conceito, bem como a categoria similar de *realidade nacional*, eram muito caras ao autor, sua geração intelectual e as imediatamente anteriores. A problematização dessas categorias – deflagrada no início dos anos de 1960 - tem como texto-chave a crítica de Gerard Lebrun (1962) a propósito do livro - *Consciência e realidade nacional*, de 1960 - de outro isebiano, Álvaro Vieira Pinto (1962). Guerreiro Ramos (1963) também se posicionou criticamente em relação ao livro de AVP, veremos.

coleta de fatos não tem sentido se não for orientada pelo *ponto de vista da totalidade*, por um *a priori*" (RAMOS, 1960:82, itálicos nossos), pois os caracteres impressos nas variadas partes só adquiririam sentido quando relacionados ao todo; sem a noção anterior do todo, as diferentes partes seriam esvaziadas do sentido completo que conteriam em gérmen, nas palavras do autor, em "em escala". Assim, afirma que "a teoria global de uma sociedade é o requisito prévio para a compreensão de suas partes" (RAMOS, 1960:83).

Precipita-se, assim, na contramão da posição hegemônica na sociologia brasileira do período² – e talvez mesmo daí em diante –, que afirma a necessidade de estudos empíricos (particulares) como subsídios para uma análise mais generalizadora da sociedade brasileira, compondo o todo por meio de um mosaico de partes relativamente avulsas. A posição guerreiriana – nítida em suas propostas apresentadas ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia (1953) – pleiteia uma dialética entre as partes (e entre estas e o todo), cujo princípio se fundava em tomar as próprias partes como emanações do todo. Tais unidades não teriam – primariamente – conteúdo/forma autônomos, isolados em si, sua própria existência parcial já acusaria a influência da totalidade, cujo papel seria preponderante. Desse modo, a dialética não avançaria simplesmente do particular ao geral, da análise à síntese, do empírico à construção abstrata mais complexa; demandaria uma noção 'anterior' do geral que orientaria a própria apreensão dos aspectos particulares, culminando numa generalização mais elaborada, numa totalidade 'superior'.

Com essa 'totalidade *a priori*' seria possível não somente ir às partes com um certo respaldo teórico, a partir dela poder-se-ia delimitar uma perspectiva como ponto de partida, já que a assunção de um lugar social delimitado histórica e socialmente seria essencial para se atingir a compreensão profunda do todo, e nem todos os lugares sociais – tomados como pontos de vista – seriam adequados para alcançar uma visão abrangente.

Nessa ordem de idéias, isto é, partindo de um *sum*³ (sou brasileiro),

² Sociologia brasileira à qual o autor dedicou sistemática crítica, a começar por *O processo da sociologia no Brasil* (RAMOS 1953).

³ Esse "*sum*" (sou brasileiro), essa determinação do "eu sou" como assunção do sujeito em suas circunstâncias e a partir de uma perspectiva própria na sociedade, Guerreiro também utiliza como recurso metodológico ao abordar a existência do negro com base num "*niger sum*", na aceitação e orgulho da condição de negro (RAMOS, 1979). O engajamento configura-se como um ponto de vista privilegiado na investigação dos problemas,

procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sobre qualquer outra, no domínio das ciências sociais em nosso país. Não deveríamos partir para estudos de pormenor antes de termos consciência crítica da realidade social do país. Aqui também é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes (RAMOS, 1960: 85).

Resta saber se uma “consciência crítica da realidade social do país” poderia ser alcançada a partir de uma noção ‘apriorística’ da totalidade.

De outro lado, os principais empecilhos teóricos para a compreensão geral da realidade social seriam o “empirismo”, que insistiria em privilegiar a parte em detrimento do todo, e o “dogmatismo”, que afirmaria aspectos estáticos contra a fluidez dos fenômenos e promoveria ainda “[...] a interpretação da realidade social em termos da preponderância sistemática de um determinado fator, seja a raça, seja o clima, ou outra condição geográfica, seja a economia, seja a cultura, seja a alma ou o caráter nacional, ou de outro qualquer fato” (RAMOS, 1960:83)⁴.

Apresentado o método, persiste o problema: como dar conteúdo à forma da realidade nacional (brasileira)?

Guerreiro Ramos utiliza um expediente curioso, identificando um “cisma” na vida brasileira, a existência de duas sociedades - “uma velha, com todos os seus compromissos com o passado, outra recente, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda” (RAMOS, 1960:87) -, e procede a definição da velha sociedade em função da nova, numa atitude de negação. Justifica-se: “Nessas condições, a descrição sumária a que vou proceder, embora se caracterize pelo que nega, postula o seu contrário. Esse contrário é o nosso projeto, em função do qual avaliamos a presente circunstância brasileira” (RAMOS, 1960:88). O descritivo, o analítico, o sintético e o normativo se articulam como recursos epistemologicamente complementares⁵.

Expõe então um estudo “tipológico” no qual figuram as seguintes “categorias compreensivas”, que representariam a espinha dorsal da velha sociedade brasileira:

mormente o preconceito.

⁴ Georges Gurvitch e Silvio Romero - fortes influências sobre as formulações teóricas de Guerreiro Ramos - entre outros, já haviam se insurgido contra esse tipo de procedimento “dogmático”, unilateralmente determinista.

⁵ A referência de Guerreiro Ramos aqui é notoriamente a obra de Alberto Torres, pelo qual nutria imensa admiração. O livro de Guerreiro (*O problema nacional do Brasil*) é uma alusão a *O problema nacional brasileiro*, de Torres (1982), no qual este - de modo semelhante - define a realidade brasileira de modo ‘negativo’, pelo que lhe falta, pelo que deveria tornar-se e não pelo que era naquele momento.

1) *dualidade*: a coexistência inevitável numa mesma fase cultural de diferentes tempos históricos e – conseqüentemente – de diferentes formas de existência numa mesma realidade;

2) *heteronomia*: incapacidade de induzir critérios da realidade nacional, submissão a um processo mimético de adesão a valores e condutas de centros culturais e tecnológicos de maior prestígio;

3) *alienação*: antônimo de autodeterminação, fenômeno pelo qual a sociedade é “induzida a ver-se conforme uma ótica que não lhe é própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é o sujeito”;

4) *amorfismo*: falta de formas que organizem a vivência social, que lhe dêem “antecedentes e conseqüentes”, evoluindo assim a sociedade não “pela mediação de forma a forma, mas por improvisos, em que tudo começa sem antecedentes”;

5) *inautenticidade*: existência social falsificada ou perdida em mera aparência, que não reflete a apropriação pelo sujeito do próprio ser social (RAMOS, 1960:88-97).

A apreensão da realidade brasileira e sua conseqüente transformação seriam possibilitadas pelo nacionalismo, de conteúdo “revolucionário”, cuja ideologia mobilizaria para a revolução brasileira. Todavia, como se caracterizaria o próprio *nacionalismo*?

O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial. Eles adquiriram a consciência de sua restrita capacidade autodeterminativa e pretendem exercê-la em plenitude. Mas a capacidade autodeterminativa, ou a soberania, não é atributo inato, dom da natureza, nem se obtém à maneira de dádiva de um poder munificente. A efetiva soberania é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa. (RAMOS, 1960:225).

Assim, o nacionalismo seria muito mais “do que amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam. É tudo isso e o projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama um ‘ser para si’ (RAMOS, 1960:32, *itálicos nossos*)⁶.

⁶ Anteriormente assim se referia: “O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional” (RAMOS, 1957:32). Entretanto, o caráter ontológico do nacionalismo é relativamente relegado por Guerreiro Ramos a partir do início dos anos 1960, coincidentemente ou não, em 1960 dá-se a publicação de *Consciência e realidade nacional*, de Alvaro Vieira Pinto, seu antigo colega de ISEB. Os equívocos de uma visão que priorizava absolutamente a autonomia e

Como projeto político, o nacionalismo seria a idéia-força que poderia conduzir os povos periféricos - alijados de sua soberania - a alcançar a maioria política, econômica, social e cultural; só afirmando sua nacionalidade elevar-se-iam à condição de arbitrar os próprios destinos e postarem-se internacionalmente como sujeitos políticos. “O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos” (RAMOS, 1960: 226). E, embora naquele momento vigessem - assinala o autor - as tarefas nacionais para o país, que estaria emergindo do colonialismo, o nacionalismo não se converteria em realidade última, mas estágio para o alcance das referidas aspirações, momento e instrumento de construção da autonomia.

Como ideologia, o nacionalismo só adquiriria força devido à participação popular, jamais poderia - afirma ele - ter outro enraizamento: “O nacionalismo é essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios” (RAMOS, 1960:230), sob pena de recair-se nas várias modalidades equívocas de nacionalismo:

- 1) *nacionalismo ingênuo*: consistiria “numa reação elementar de auto-exaltação do grupo”, algo próximo do etnocentrismo;
- 2) *nacionalismo utópico*: caracterizar-se-ia “pela cegueira à lógica material das situações constituídas”;
- 3) *nacionalismo de cúpula*: que teria como propagadoras figuras (bem ou mal intencionadas) expressivas da classe dominante em busca do favor popular;
- 4) *nacionalismo de cátedra*: consistiria “numa posição assumida apenas no plano verbal. É o nacionalismo de professores e intelectuais que não estão dispostos a assumir os riscos implícitos na orientação que dizem adotar”;
- 5) *nacionalismo de circunstância*: seria o oportunismo, a procura por tirar vantagens da ocasião (RAMOS, 1960:248-52).

“Ideologia revolucionária”, o nacionalismo teria em relação à construção

determinação ontológica da nação (a nação como “universal concreto”, nas palavras de Vieira Pinto) chocaram Guerreiro que - também devido às comparações (e aproximações) com sua obra *A redução sociológica* (RAMOS 1996) - reagiu agressivamente, como era de seu feitio, produzindo uma peça crítica de virulência única, na qual denuncia o caráter burguês, reacionário e fascistóide do livro de Vieira Pinto: “A filosofia do guerreiro sem senso de humor” (RAMOS, 1963:193-216). Embora Guerreiro Ramos não negasse o que havia afirmado, aparentemente, deu-se conta da delicadeza da questão e da tênue linha que separava a concepção da nação (e do nacionalismo) como afluência de formas de consciência mais efetivas a respeito da realidade social e a consideração da nação como configuradora do ser social, forma por excelência de organização da experiência social e ontologicamente fundante.

da nação uma dinâmica e complexa articulação: findada certa fase de consolidação de condições básicas para se cogitar efetivamente a existência de uma forma autônoma de capitalismo (infra-estrutura material e densidade social), estabelecer-se-iam condições para a existência plena da nação - primordialmente, o nascimento do povo - e floresceria o nacionalismo como modo de mobilização e organização político-social, visando desencadear as forças necessárias para se atingir o ponto de mutação que transformaria qualitativa e radicalmente o país, consolidando o capitalismo nacional e a nação.

[...] a nação não se dá independentemente da existência de um mercado interno, de um sistema de transportes e comunicações suscetível de interligar todos os recantos do território [...] a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro. (RAMOS, 1957:32).

Haveria necessidade de alcançar certa evolução social, concretizarem-se condições - materiais, sociais, políticas etc. - para possibilitar o afloramento do nacionalismo que, como ideologia revolucionária, promoveria a realização das potencialidades do país.

Por ser uma ideologia, uma idéia motriz, uma aspiração viva, popular e mobilizadora, o nacionalismo - na visão de Guerreiro Ramos - não se esgotaria ou formataria em um amontoado de axiomas com salvaguarda científica; as ideologias não poderiam - segundo ele - ser formuladas cientificamente:

[...] a ciência se define por um esforço de transcender a ideologia, embora se admita seu insuperável condicionamento histórico-social. Portanto, elaborar ou defender uma ideologia é confessar um propósito mistificador [...] a defesa de uma ideologia não é bem tarefa do homem de ciência como tal. É tarefa do homem de partido. A tarefa do homem de ciência é formular a teoria. (RAMOS, 1963:210).

A ideologia emergiria como aspiração social e não como algo tramado, teria como função a mobilização política, e sua efetividade frente aos desafios históricos só poderia ser avaliada após os acontecimentos - *post festum*, como gostava de se expressar. Não seria, portanto, tarefa do sociólogo (enquanto cientista) formular ideologias, até porque, segundo Guerreiro Ramos (alfinetando o ISEB, do qual havia se desligado no final de 1958), "ideólogo que se preza não é professor de ideologia nacionalista" (RAMOS, 1963:210).

Nunca houve, na história da inteligência, quem quer que seja minimamente categorizado para o trato das coisas do saber, que concebesse a idéia de formular uma ideologia. Só as ideologias mortas podem ser narradas. As ideologias vivas, como o nacionalismo em nossa terra, são inenarráveis como sistema. (RAMOS, 1963:209).

Essa forma de conceber a ideologia é comum também a Helio Jaguaribe (1979), e caudatária das formulações de Mannheim (1968) e Weber (1972) com relação à política: não se poderia perscrutar o futuro, não haveria 'posições científicas' para os anseios políticos, a ciência só poderia ser instrumentalizada para o agir no sentido de racionalizar a ação, de saber se há correspondência entre as pretensões e os objetivos, se por meio de tais formulações se pode efetivamente alcançar os alvos, nunca para deduzir cientificamente metas políticas.

No entanto, se Guerreiro Ramos recusa-se a dar um conteúdo dogmático ao nacionalismo, ou identificar ciência e ideologia, acaba por considerá-lo uma *ciência*: "ciência do ponto-de-vista dos povos proletários" (RAMOS, 1960:254).

É fácil compreender que, mais do que os povos desenvolvidos, os atuais povos periféricos são portadores do ponto-de-vista da comunidade humana universal. A ciência é atividade realizada à luz desta perspectiva. O máximo de consciência universal está hoje naturalmente à disposição dos povos periféricos e, por isso, podem ter uma ciência mais avançada do que a dos povos metropolitanos. O nacionalismo, como ideologia básica desses povos, adquire assim atributos de verdadeira ciência. A ciência é praticada em cada época segundo as possibilidades históricas existentes. Sua universalidade é sempre relativa. Não há uma ciência universal absoluta, indene às condições históricas. Alcançam necessariamente a universalidade possível em cada época os que contemplam os fatos como essencialmente provisórios em sua determinação concreta. Ora, somente os povos proletários estão naturalmente votados e dispostos a este modo de ver, pois só o futuro lhes promete a realização de seus ideais, que se transmutam, por imperativo de sua condição, em ideais universais. (RAMOS, 1960:254).

O nacionalismo - e a ânsia de superação das condições atuais - propiciaria uma ampliação do horizonte histórico dos povos oprimidos, bem como uma noção historicamente condicionada do devenir, o que legaria a esses povos um potencial de vislumbre do dinamismo da situação histórica, de consciência, enfim, "científico". A perspectiva privilegiada dos povos periféricos seria o fundamento do nacionalismo como ciência, por meio dela abrir-se-iam as possibilidades de entrever o precário, o historicamente relativo, o particular, em contraposição a uma visão universalmente abstrata, estática e formalista que acometeria os povos

desenvolvidos, atingidos pelo conformismo – e desejo íntimo de conservação - de uma posição superior⁷.

Esfumavam-se assim as fronteiras entre ciência e ideologia: a ciência adquire um caráter histórico-relativo, fortemente condicionado pelas circunstâncias, perspectivas e mesmo anseios dos sujeitos; por seu turno, a ideologia transfigura-se em ‘visão de mundo’ e condiciona a perspectiva cognoscente, mobilizando aspirações sociais e atitudes políticas. De forma análoga (e irônica), a afirmação de certo privilégio cognoscente por parte da “classe proletária”, mormente na época de influência do stalinismo, foi alvo de amplas e duras críticas por parte de Guerreiro Ramos (1963).

Adverte o autor, porém, que a instrumentalização científica do nacionalismo demandaria uma atitude deliberada, metódica, racionalmente organizada e sistematizada conforme uma – em sentido fenomenológico – “intencionalidade”:

É certo que em sua expressão espontânea, o ponto-de-vista dos povos periféricos não atinge o plano da ciência. Para chegar até aí, é necessário lhe sejam dados suportes teóricos sistemáticos, o que demanda trabalho de absorção da herança humanística legada pelo passado e seu ajustamento positivo e dinâmico a novas exigências [...] Como ciência, o nacionalismo só pode ser expresso à guisa de conjunto de princípios gerais de uma atitude metódica destinada a habilitar, a transpor conhecimentos e fatos de uma perspectiva para outra, a relativizar o adquirido, a bombardear com perguntas e argüições todo produto da ação humana. (RAMOS, 1960:255).

Tal concepção - já exposta teoricamente sem tal acentuação política em *A redução sociológica* (RAMOS, 1996) - é fundamental para a projeção de uma “sociologia nacional”, como Guerreiro Ramos pretendia, isto é, utilizar-se da perspectiva nacional como mirante privilegiado para uma real compreensão dos problemas conforme a especificidade do país, nunca como princípio geral de interpretação “crítica”.

Entre as tarefas do nacionalismo revolucionário estaria também a solidificação de uma cultura nacional, superando os males da transplantação e da alienação que assolariam a produção cultural brasileira. “O Brasil já possui ingrediente bruto de uma cultura nacional” (RAMOS, 1960:241), este ingrediente seria a existência

⁷ Mais tarde, a partir do final dos anos de 1960, o autor faria uma revisão de suas posições a respeito da concepção de história, negando certa visão teleológica e afirmando a mudança histórica em termos de “possibilidades” (RAMOS, 1967).

do povo, vez que “a cultura nacional não se elabora à maneira de peripécia de intelectuais [...] É essencialmente produzida pelo povo e subsidiariamente pelos intelectuais, que realizam tarefa por excelência estilizadora” (RAMOS, 1960:243). A existência do povo possibilitaria essa realização - “não há cultura nacional onde não existe povo” -, pois a transformação qualitativa da produção cultural não seria uma questão de caráter estético, mas eminentemente política: “Somente quando se modificar o modo de sua articulação à história universal poderá ser transformado o caráter de sua cultura [do Brasil]” (RAMOS, 1960:242).

Todavia, explicitamente, que transformação marcaria a cabal existência de uma cultura “nacional”? Em “quê” isso mudaria significativamente o eixo da respectiva visão de mundo? Ao definir o conceito de cultura o autor dá-nos indicativos.

Cultura é o conjunto de produtos materiais e não materiais resultantes da atividade transformadora dos povos, mediante os quais se exprime uma idéia interpretativa do homem e do mundo. Não há povo que não possua idéia interpretativa do homem e do mundo e que não a exprima em tudo aquilo que faz. A cultura é produto da prática social. (RAMOS, 1960:241-2). [...]

A cultura de um povo é o seu ponto-de-vista. Falar, portanto, da cultura brasileira é falar do ponto-de-vista brasileiro. Nunca tivemos propriamente um ponto-de-vista, porque não constituíamos uma personalidade histórica, isto é, não tínhamos condições reais que nos permitissem o comando pleno do curso de nossa existência [...] Vimos a nossa realidade através de interpretações importadas. E o hábito secular de consumir idéias e interpretações pré-fabricadas viciou o espírito de nossas camadas instruídas - o que torna o esforço de elaboração da cultura nacional extremamente penoso, em virtude da inércia mental contra que tem de chocar-se. (RAMOS, 1960:243).

Assim, a cultura - sob o impacto do projeto político - adquire um núcleo histórico-pragmático e militante; já o intelectual, organizador da nação - e guardião da consciência social - tem então suas atribuições, suas pautas e seu compromisso relacionado ao povo: exerce agora sua função como um mandato popular.

O nacionalismo - naquele período da obra do autor - insinua-se como ideologia e ciência, politicamente revolucionário e pragmático, perspectiva sócio-histórica e posicionamento ético, forma de autonomia e de engajamento, cultura autêntica e ponto de vista, consciência popular e missão intelectual... Tais paradoxos, muito presentes no pensamento nacional daqueles anos de 1950, podem ser sintetizados na pretensa função - atribuída pelo autor - de, organicamente, ser aquele nacionalismo instrumento de realização do capitalismo

brasileiro e afirmação de um destino histórico autônomo. Ironicamente, via no desenvolvimento do capitalismo, numa maior inserção – obviamente não-qualificada – do país no circuito mundial de reprodução do capital a possibilidade de autonomia econômica e política. Estranha forma de libertação: atirar a chave do cárcere – no qual está encerrado – pela janela.

Bibliografia

- GURVITCH, G. *La vocación actual de la sociología; hacia una sociología diferencial*. México-DF/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- JAGUARIBE, H. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, (Biblioteca do pensamento político republicano), 1979, p. 131-70.
- LEBRUN, G. A 'realidade nacional' e seus equívocos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 44, nov./dec. 1962, p. 43-62.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960, 2 v. (Textos brasileiros de filosofia, 1).
- RAMOS, A. G. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1953.
- . *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- . *O problema nacional do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- . *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- . *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- . A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, n. 2, 2º sem. 1967, p. 7-44.
- . O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979, p. 39-69. (Biblioteca do pensamento político republicano).
- . *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, Ed. UnB, 1982. (Temas brasileiros, 38).
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. 4. ed. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Cultrix, 1968.

Recebido em:
12-04-2011
Aprovado em:
01-06-2011